ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2007

ACTA Nº 15

Aos dez dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas 21,40 horas, no Grupo Desportivo e Recreativo Leões de Cajados, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Prestação de Contas - 2006

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Eduardo Assunção Pereira da CDU
- Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Eduardo Pereira, justificou falta à sessão de hoje, por motivos de saúde, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José da Conceição Pato que se encontra presente.

- Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou falta à sessão de hoje, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Raul Prazeres, Vogal da Junta de Freguesia, que se encontra presente.

- Sr. António Couchinho Cardoso apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, pelo período de seis meses. Coloca o pedido à apreciação do Plenário que não manifestou qualquer objecção. Deste modo, será substituído pelo Sr. José Manuel Silvério, que se encontra presente.

Solicita a aprovação da minuta da acta nº. 10, de 25.09.2006, dispensando-se a sua leitura em virtude de ter sido previamente distribuída.

Solicita ainda, a aprovação em minuta do ponto que irá ser discutido, para poder produzir efeitos imediatos.

Agradece à direcção da colectividade a disponibilidade de receber a Assembleia Municipal para realização desta sessão.

Agradece a presença do público presente e aproveita para informar que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum munícipe quer intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período de Antes da Ordem do Dia. De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

A sua intervenção tem a intenção de agradecer à direcção do Grupo Desportivo Leões de Cajados e ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marateca, na qualidade de anfitrião, a forma como a Assembleia foi recebida. É sempre agradável a realização de sessões descentralizadas. Lamenta não haver público para participar nestes trabalhos porque é ele a razão de estarem hoje aqui.

Sr. Presidente da Mesa, refere que foi publicado neste mesmo dia no Jornal do Pinhal Novo o edital desta Assembleia Municipal, tendo sido propositada a publicação neste jornal uma vez que é o que tem maior circulação no Concelho, de forma a que ninguém invocasse que não tinha conhecimento.

Sr. António José Santos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara, e pedindo desculpas, diz que vai referir assuntos de que já falou anteriormente porque as informações que lhe foram fornecidas continuam a levantar dúvidas sobre a sua veracidade.

Antes de entrar nessas questões gostaria de manifestar a sua estranheza, apesar da Câmara ter estado bem representada na sessão solene, pela ausência da Sra. Presidente da Câmara no aniversário do Grupo Desportivo Airense bem assim como do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela. Estranha porque são as comemorações do 50º. Aniversário, e até porque estão neste momento empenhados num grande empreendimento que é a construção da sua nova sede, pelo que teria sido simpático a Sra. Presidente ter estado presente para poder dialogar com algumas pessoas que tinham questões a colocar.

Retomando as questões concretas refere que:

- em relação ao cemitério, ficou muito agradado quando lá chegou e viu uma máquina a desenvolver o seu trabalho conforme tinha sugerido na sua intervenção. Lamentavelmente, esteve lá apenas durante uma semana, constatação feita por si nas frequentes visitas que lá faz. Sabe que neste momento a máquina está no cemitério do Pinhal Novo, pelo que sugere a colocação de uma máquina em cada cemitério dado o volume de trabalho existente.

- tem dúvidas que a situação existente na estrada que liga Aires à Estação de Palmela seja da responsabilidade da REFER, pelo que gostaria que a Sra. Presidente não descurasse o assunto porque já houve situações desagradáveis naqueles caminhos.

- quanto à situação da relação do Palmelense Futebol Clube com a Palmela Desporto, em sua opinião, não está bem esclarecida. Já lhe foi fornecida a informação que estaria a seguir os trâmites normais, que houve coisas que saíram para a praça pública que não deviam ter saído mas que as pessoas se entendiam a conversar. Não lhe parece que as coisas estejam tão pacíficas quanto isso pelo que, na qualidade de Palmelense adoptivo, de atleta durante muitos anos do clube e sobretudo como representante dos munícipes, apela à Câmara que termine com as divergências que existem entre o clube e a Palmela Desporto.

- tem acompanhado as notícias sobre a situação da ponte do Zambujal e não compreende muito bem o que está a acontecer. A ponte foi desactivada em 1980 mas antes disso, quando foi prevista a desactivação, houve duas pessoas, que estão nesta sala, que foram á CP a Lisboa e propuseram que a ponte passasse a ser utilizada por peões e viaturas. A resposta que foi dada na altura foi que a ponte ia ser desactivada e que a autarquia local iria ser contactada para viabilizar o pedido feito. O que é certo é que durante todos estes anos, e de acordo com as últimas notícias, a REFER vem dizer que a ponte foi desactivada porque, apesar dos esforços que desenvolveu para que a autarquia assumisse a conservação, esta nunca o assumiu. Como a ponte deixou de fazer parte dos investimentos da REFER, logicamente saiu do circuito de manutenção. Por estes factos gostaria de ser esclarecido sobre o que se passa, uma vez que leu as declarações da Sra. Presidente que não são coincidentes com as da REFER. Atendendo a que, quem é prejudicado é a população da zona, e quem conhece bem, sabe o transtorno que dá aquelas pessoas ficarem sem aquele acesso, gostaria de pedir à Sra. Presidente que tentasse resolver a situação da melhor forma possível.

- o Jardim de Aires continua sem ter acesso para pessoas deficientes pelo que, depois do galardão que a Câmara recebeu da mobilidade, não lhe parece muito lógico, nem correcto, que se tenha um jardim onde os deficientes não possam entrar.

- todos nós, enquanto cidadãos, devemos ter sempre presentes o rigor, a verdade e a seriedade nas coisas que fazemos e muito mais enquanto autarcas eleitos e representantes daqueles que nos elegem. Leu no jornal declarações do Sr. Vereador Octávio Machado sobre o Centro de Saúde de Quinta do Anjo que não correspondem à realidade pelo que, tendo como base informações do seu conhecimento, gostaria de esclarecer que não vai haver um novo Centro de Saúde para Quinta do Anjo. Está a ser estudada uma alternativa ao actual edifício que passa pelo aluguer de outro espaço. As negociações que foram feitas até agora tiveram como resultado que o espaço que foi encontrado, para além de não reunir as condições exigidas, teria que ser alvo de obras pelo que não era o espaço ideal.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Em primeiro lugar agradece a hospitalidade com que a direcção dos Leões de Cajados recebe a Assembleia Municipal e sublinha como é importante este tipo de reuniões descentralizadas. É um passo importante que haja, com frequência, reuniões de Câmara e Assembleia Municipal de carácter descentralizado.

Vai falar de um assunto que, já sendo quase cansativo, gostaria de ver equacionado a nível duma discussão local e regional, embora se trate de um problema nacional. Há muito que os grandes especialistas portugueses de transportes vêm dizendo que a localização mais adequada para o aeroporto internacional de Portugal poderá ser na zona de Poceirão. É evidente que a escolha do local do aeroporto é um problema que não é político, não podemos nem devemos considerar o problema político. Política é a decisão de termos um aeroporto grande que sirva as necessidades do tráfego aéreo no nosso país. Tomada esta decisão, que está tomada e é consensual para todos, a questão da sua localização é essencialmente técnica, económica, de viabilidade, de custos e de ordenamento do território. A hipótese de, em estudos que se estão a fazer neste momento, vir a ser considerada preferencial a localização no Concelho de Palmela, e em concreto na zona de Poceirão, é algo que mudaria completamente os grandes objectivos estratégicos do Concelho. É evidente que se isso viesse a acontecer, ou vier a acontecer, a estratégia teria que ser mudada porque passaríamos a ser a grande plataforma logística de Portugal.

Este problema não deve ser debatido como tem sido várias vezes a nível de *lobbies* económicos, locais e regionais, mas tem que haver um largo debate sobre esta questão. Quanto mais desapaixonado for, e menos preconceitos existirem, melhor será para os portugueses. Acha que valeria a pena, em Palmela, procurarmos localmente discutir esta questão com alguém que conheça bem, e profundamente, este problema. É uma questão vital para a região da Grande Lisboa, para o Concelho e para o País. Se realmente vier a considerar-se que esta é a melhor localização, será uma oportunidade única para o nosso Concelho e daria lugar a um exercício de ordenamento do território muito interessante.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Agradece à população de Cajados o acolhimento à Assembleia Municipal para a realização desta sessão.

Agradece publicamente o esforço da autarquia, e o esforço redobrado do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para se conseguir as novas instalações da Assembleia Municipal onde todos os seus membros têm um lugar condigno e onde podem trabalhar e reunir.

Refere que o Relatório da Actividade Municipal está aquém do desejado porque o essencial não se encontra no seu conteúdo, não tendo sido sequer tomado em conta as sugestões que tem feito e pedido. Pergunta porque é que se quantificam as análises de água e não se qualifica a água que temos e se compara com os padrões que deveríamos ter. Nos casos bons festejaríamos, e nos maus, trabalharíamos para melhorar, o que não lhe parece tarefa difícil.

Outro exemplo, contido na página cinco do documento, trata-se do Projecto Municipal de Modernização Administrativa. Verifica-se que houve formação, que se validaram e certificaram competências, e técnicos da Câmara Municipal participaram em formação. Pergunta quantas pessoas, que resultados e como se articula esta área da formação com o que aparece na página nove. Aí constatamos, o que já conhecemos, que temos setenta e dois por cento de perfis administrativos, para vinte e oito por cento de perfis técnicos. Dentro destes perfis técnicos, só dez por cento é que são profissionais e só um por cento na área informática. Desta forma não se vai a lado nenhum.

As críticas que está a fazer são construtivas, são no bom sentido porque é preciso articular as estratégias de formação com as políticas de recursos humanos. Esta visibilidade, que no seu entender, é essencial não está no documento porque há um *deficit* complicado e isso acontece porque a Câmara Municipal não tem estratégia. Nem no domínio dos recursos humanos e da formação, nem em nenhuma outra área. Como exemplo, refere ainda na área dos recursos humanos, uma nota desorganizativa. Pergunta porquê abrir um concurso para Director de Projecto do Gabinete do Pinhal Novo em 2006 e fechá-lo dias depois e repetir o mesmo processo em 2007 e voltar a fechar. Porquê abrir um concurso para Director de Gabinete de Projecto de Apoio às Freguesias e Organizações Locais e fechar um mês depois.

A autarquia está envolvida num projecto de modernização e de implementação de novas estruturas orgânicas que é caminho certo e é louvável o desígnio. Sabendo que a Sra. Presidente defende a modernidade e a inovação contra o estaticismo, pede o favor de redefinir, de imediato, a missão da autarquia e mandar retirar do quadro afixado na zona de atendimento a frase que define a missão da Câmara Municipal, a qual passa a referir *"Assegurar as funções relacionadas com a administração geral, o expediente e o arquivo da autarquia".* Na Europa, no século vinte e um, para uma cidade a trinta e cinco quilómetros de uma capital europeia, numa sociedade que exige planos tecnológicos e reformas, dias depois dos cinquenta anos do Tratado de Roma e trinta e três anos depois de Abril, querer que uma autarquia seja administração, expediente e arquivo, não é honrar o poder democrático que nos trouxe Abril. Sra. Presidente, assim é muito curto, os nossos filhos, os munícipes, os cidadãos merecem mais e melhor.

Por último gostaria de deixar um requerimento, em nome dos eleitos do Partido Socialista, em que é solicitada informação sobre a execução e cumprimento do protocolo outorgado em dez de Janeiro de 2001 pela Câmara Municipal de Palmela e a Mecminop.

Sr. Carlos Guinote do BE apresenta cumprimentos aos presentes.

Solicita informação à Sra. Presidente da Câmara sobre a existência de autarcas, que serão ao mesmo tempo empresários, e que prestem serviços para a Câmara. Caso existam quais são e se submetem a concurso público.

Outra questão de que gostaria de falar é sobre o Ambiente, referindo a realização de um seminário, hoje em Palmela, sobre este tema. Assistiu a uma parte do evento, e como não pode ouvir todos os temas tratados, gostaria que a Energia e Ambiente da Arrábida tivesse uma acção importante e não se limitasse ao negócio das eólicas, da solar e das ondas. O planeta como está, requer da nossa parte outras respostas porque não há possibilidade de recuperar este desencontro entre a natureza, o bem público e as pessoas, se não atalharmos caminho de uma forma muito dura e até revolucionária. As diversas formas de energia poderão evitar o aumento, mas não recuperarão o mal feito, assistindo-se hoje ao degelo, ao aumento das águas do mar e ao aumento das temperaturas, com consequências que todos nós vamos aprendendo com os cientistas.

As Câmaras Municipais, em primeiro lugar, deverão fazer pressão para que o nosso Ambiente seja melhor, começando desde logo pelos transportes públicos. Sabemos que hoje em dia, os automóveis são um dos grandes factores de poluição atmosférica, pelo que se terá de mudar as mentalidades e fazer com que as acessibilidades ao comboio melhorem. Não faz sentido haver estações no concelho e não haver transportes públicos para lá chegar. Só assim, com esta e outras medidas, se poderá levar as pessoas a deixar o carro em casa.

No seguimento de uma Moção por si apresentada sobre co-incineração, acha que em Palmela as pessoas se deviam empenhar mais neste problema. O Sr. António José Santos, em sessão anterior, passou-nos um atestado de incompetência por tomar posição sobre este assunto. O cidadão comum percebe tanto deste assunto como do aeroporto, temos é que ouvir os técnicos mas a decisão é dos políticos. Refere que participou num debate com o Presidente da Comissão Científica Independente e ele não pode responder à sua pergunta sobre o que é que sai da chaminé na co-incineração. Existem milhares de produtos que saem da chaminé e que não se podem analisar cientificamente. A patética afirmação do Ministro do Ambiente ao dizer que era inócuo e que a queima dos resíduos na Arrábida não fazia mal a ninguém, é uma pura mentira. É sua opinião que cada Câmara tem responsabilidade de informar os cidadãos sobre os efeitos da queima dos resíduos tóxicos.

Para terminar a sua intervenção apela mais uma vez às Comissões Permanentes para que reúnam, porque é bom criar pensamento sobre os vários problemas existentes no Concelho, uma vez que é uma pena estarem criadas e não reunirem.

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Agradece à direcção da colectividade e ao Presidente da Junta de Freguesia de Marateca a amabilidade em receber a Assembleia Municipal.

Em primeiro lugar, congratula-se pela tomada de posição da Presidência da República sobre a promulgação da Lei do Aborto. É muito importante para este país democrático, o que hoje foi promulgado e, é tanto mais importante porque havia por aí alguém que queria ganhar na secretaria o que tinha perdido no campo da democracia e na democracia que foi o voto dos cidadãos portugueses.

É adepto incondicional das sessões descentralizadas, pelo que aproveita a oportunidade para apresentar uma proposta à Mesa da Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente, para que as próximas quatro sessões ordinárias sejam realizadas no Poceirão, Quinta do Anjo, Pinhal Novo e Palmela, na localidade mais distante da sede da freguesia que é o Lau. Esta proposta vem ao abrigo do ponto nº. 3 do artº. 23º. do Regimento da Assembleia, preceito que em sua opinião não foi cumprido. Apesar da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro ser omissa nesta matéria, é preciso respeitar o Regimento que está em vigor na Assembleia.

Estando na freguesia de Marateca, seria normal enumerar uma série de obras necessárias, e prometidas pelo executivo da Câmara Municipal de Palmela para esta freguesia, mas nunca realizadas. Nesta freguesia, tal como nas outras, vimos assistindo nos últimos anos, a uma incapacidade do executivo desta Câmara para gerir com bons resultados o nosso concelho. Muita inoperância, sempre encoberta com desculpas, uma gestão municipal que promove a intriga política no concelho, criando uma divisão cada vez maior entre as freguesias. Uma incapacidade para aproveitar as virtudes de um concelho que pode ser a charneira/eixo do nosso distrito. Falando em concreto na Marateca, que melhor exemplo a dar do que o que disse o Sr. Presidente da Junta, Faustino Santos, quando um órgão da comunicação social lhe perguntou quais os maiores problemas que atingem esta freguesia. Este respondeu que não tinha um problema que se destacasse, mas sim carências efectivas a todos os níveis, e muito esquecimento da Câmara para com a freguesia. Ora, esta situação verifica-se também, cada vez mais, em todas as freguesias do concelho.

Mesmo naquilo que a Câmara tem sido muito boa, na propaganda do executivo verifica-se um desnorte que passa a retratar com um pequeno exemplo. Há poucos meses atrás a Sra. Presidente da Câmara anunciava no boletim municipal que este deixaria de ser enviado por correio *"… para que se cumpra com eficácia uma redução de custos …".* No boletim de Março já a mesma Câmara diz que vai passar, de novo, a enviar por correio a quem o solicitar. A Sra. Presidente não precisa de se incomodar a justificar este facto porque tem a certeza que é para manter uma boa informação aos munícipes do Concelho. Neste sentido, pretende apresentar uma proposta a esta Assembleia, que tem a certeza que a Sra. Presidente vai aceitar.

Os autarcas do Partido Socialista apresentam a vontade de participar no boletim municipal e no site da autarquia pelo que, para o efeito, apelam ao Sr. Presidente da Assembleia no sentido de, junto do executivo da Câmara dar prosseguimento a esta pretensão. Esta proposta está legitimada pela resposta do Sr. Provedor de Justiça que deu razão ao PCP quando em 2004, enquanto oposição na Câmara do Barreiro, apresentou uma proposta igual. Na altura o Sr. Provedor de Justiça oficiou o Sr. Presidente da Câmara do Barreiro dizendo que este deveria ter em conta o seguinte: *"… permitir o exercício no âmbito dos boletins autárquicos e na Internet, designadamente nos direitos de resposta à rectificação; criar um espaço nos referidos boletins que se considere adequado de acordo com as orientações expressas pela alta autoridade para a comunicação social e assim a oposição poder divulgar as suas iniciativas e opiniões …".* Desta forma, como não se pode ter um discurso num lado e agir de outra forma noutro, e, como diz o ditado, não basta parecer democrático é preciso sê-lo, tem a certeza que a CDU vai demonstrar isso nesta Câmara.

Tem uma última questão a colocar à Sra. Presidente. Esteve em consulta pública até final do mês de Março um assunto relacionado com um pedido de ampliação da Pedreira da Areia da

Cilha Queimada. Trata-se de um areeiro de uma empresa de exploração de areias chamada Aspor, que está implantada no limite do concelho de Alcochete com Palmela, e pretende ampliar a sua exploração dentro do Concelho de Palmela para mais de quarenta e nove vírgula cinco hectares. Esta propriedade que vai até à EN 5, dentro da freguesia de Pinhal Novo, é um espaço rural agro-florestal, de infiltração máxima. O proprietário tem uma grande parcela deste terreno arrendada a uma empresa de Peniche para produção de morangos, ou seja, a propriedade é um espaço rural. Pretende arrendar ou vender cinquenta hectares à Aspor, que tinha uma exploração de britas no Rio Tejo (Chamusca) tendo-lhe sido retirada a licença de exploração porque o areeiro se encontrava junto à ponte da Chamusca e estava a prejudicar a ponte. Agora diz que vai fazer no nosso território a valorização e comercialização de areias especiais que são argumentos para conseguir a exploração. A draga que estava a trabalhar no areeiro da Chamusca está na barragem de Rio Frio. Quer dizer à Sra. Presidente que o empresário que é o proprietário destes terrenos no nosso concelho, é o mesmo daquelas trapalhadas do PDM da Moita, pelo que espera não haver problemas em Palmela e daí deixar este aviso. O Partido Socialista vai ficar atento aos próximos episódios sobre esta matéria.

Aproveita esta oportunidade para dizer que ouviu com muita atenção o Sr. Carlos Guinote. Dá-lhe os sinceros parabéns pela forma como demonstra a juventude que tem dentro de si. Só que é preciso muita atenção para não resvalar para o fundamentalismo, dando como exemplo o que aconteceu há alguns anos atrás, numa sessão desta Assembleia, em que um seu membro tinha dois tipos de discurso completamente antagónicos. Falando sobre a inauguração da ligação ferroviária Pinhal Novo/Lisboa dizia que ia apanhar todos os dias o comboio e que todos teriam que fazer o mesmo. Noutra intervenção sobre a Autoeuropa dizia que tinha que se arranjar maneira de se conseguir fazer mais carros em Palmela. Isto assemelha-se à intervenção do Sr. Carlos Guinote, cheia de contra sensos. Então a Câmara tem que dizer às pessoas para andarem todos a pé, não comprarem carros e a seguir fecha-se a Autoeuropa.

Em relação à co-incineração recorda a discussão havida em torno de uma Moção apresentada pelo Sr. Carlos Guinote que foi muito maçadora. A questão da co-incineração em Setúbal é uma questão de fundo porque as pedreiras da Secil e de Sesimbra não deviam existir. Recorda uma tentativa de encerramento das pedreiras de Sesimbra, há alguns anos atrás, que não foi avante porque se constatou que cerca de vinte e cinco por cento da população de Sesimbra seria afectada e ficaria sem sustento. É preciso falar claro sobre os assuntos porque a questão do folclore político que anda à volta disto tem muito que se lhe diga. Não se pode olhar para estas questões com fundamentalismo porque começa a ser contraditório.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, refere que esta sua intervenção foi suscitada pela excelente intervenção do Sr. Carlos Guinote que muito apreciou e subscreve em todos os seus elementos.

Pergunta à Sra. Presidente da Câmara se existe um registo de interesses dos autarcas, por exemplo de empreitadas, concursos ou loteamentos, para não ser levantado qualquer tipo de suspeição em relação a possíveis negócios com a Câmara. Caso não exista, fica a sugestão de criação.

Em relação às duas últimas intervenções tem a dizer que a questão do ambiente começa logo pelos nossos comportamentos pessoais. A forma como tratamos os lixos, as linhas de água,

o território onde vivemos, são comportamentos pessoais e a soma dos mesmos, em parte, é que faz com que haja um bom ou mau ambiente. Tudo isso depende da educação para o ambiente que tenhamos aprendido. Mas há outro problema que é o estado de direito confrontado com as pessoas que procuram destruir o ambiente, que procuram desordenar o território, que procuram sujar as linhas de água e conspurcar as vias públicas. O ambiente, em sua opinião, é um bem público internacional porque não depende de um país, egoistamente, dispor sem mais do seu ambiente. O estado de direito tem que ser suficientemente forte para proteger este bem público, nacional e internacional. Se o interesse público nesta matéria de ambiente, e ordenamento do território, não se opuser aos interesses egoístas individuais, caminhamos para uma sociedade em que vai ser muito mau viver.

Leu há alguns dias um artigo que muito o preocupou, sobre aquecimento global e onde eram referidos os problemas muito sérios que está neste momento a provocar na vinha, a nível dos países produtores, Como a vinha é um produto típico de temperaturas médias entre os doze e os vinte graus e como as temperaturas estão a aumentar, os locais de plantação estão a ir na direcção dos pólos. Essa migração já atinge actualmente distâncias de quarenta a duzentos e cinquenta quilómetros o que é impressionante. Surgem novas doenças e novos insectos, sendo necessário mudar as castas por causa do grau alcoólico.

Sr. Presidente da Mesa, diz que de acordo com o Regimento que já foi hoje invocado muitas vezes, e bem, a Mesa fixará um período de intervenção não superior a uma hora, nos termos alínea a) nº. 1 do artº. 35º. Por este facto, o tempo começa a escassear, pelo que, de imediato dá a palavra a mais um interveniente.

Sr. António José Santos do PS, vai tentar ser muito rápido até porque a sua intervenção se deve ao facto do seu nome ter sido referido nesta sessão.

Ao Sr. Carlos Guinote diz que tem alguma dificuldade em compreender pessoas que ponham na sua boca coisas que não disse, e ainda tem mais dificuldade em perceber as pessoas que pensam por si. A sua formação e os seus princípios não lhe permitem passar atestados seja de que tipo for, e muito menos depreciativos e de estupidez seja a quem for, pelo que a sua intervenção teve apenas a ver com o facto de também ser leigo na matéria. Como tal o Sr. Carlos Guinote veio aqui dar-lhe razão e à sua intervenção, porque também acredita nos técnicos. A diferença que existe é que, o Sr. Carlos Guinote acredita nuns técnicos e a sua pessoa noutros. De futuro agradecia que, quando se lhe dirigisse, pensasse mais nas palavras porque não pensa como o Bloco de Esquerda nem tem a linguagem do Bloco de Esquerda e é por isso que está no Partido Socialista.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, tendo em conta o que disse o Sr. Presidente e para abreviar pensou duas vezes se viria intervir. Não querendo roubar muito tempo pensa que há algumas questões de que deveria falar.

Seria bom que todos conhecermos o Regimento porque é um documento extremamente importante para tentarmos cumprir ao máximo.

Às vezes apetecia-lhe dizer que quem perde no terreno quer ganhar na secretaria. Quando os munícipes consideraram a importância do desenvolvimento do trabalho neste Concelho pela

CDU e na sua continuidade, existem aqueles que perderam no terreno os munícipes e querem ganhar agora na secretaria tentando algumas coisas que não correspondem à realidade. Podíamos falar na REFER, em termos globais em todos os transportes, no aeroporto e nas discussões à volta da sua localização. Mas há uma coisa fundamental que gostaria de saber: porque é que o Partido Socialista vem com estas coisas todas e não põe claramente a questão da construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Águas de Moura. Desafiam o Partido Socialista, e estão dispostos a trabalhar em conjunto e com todos, para aquela Moção que apresentaram contra o PIDDAC, em que foi retirada esta e muitas outras obras do Concelho. É pena que esta sala não esteja cheia de munícipes, pois gostariam de transmitir que continuam a lutar por uma reivindicação muito justa que é a do novo Quartel dos Bombeiros de Pinhal Novo.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere a intervenção efectuada pelo Sr. António José Santos que se encontra exarada em acta.

Aproveita a oportunidade para rectificar o nome técnico que não é CIBERS mas sim CIRVERS.

Diz que o Sr. José Manuel Silvério falou em fundamentalismo só que não explicou bem o que era. Na sua intervenção limitou-se a dizer que os automóveis são um factor de poluição importante, não pediu para andar a pé. Decide da sua vida porque se tiver boas condições para utilizar os transportes públicos utiliza, e os políticos devem criar condições para que a população, que queira, utilize os transportes. Quanto às pedreiras nem sequer falou delas, mas aproveita para dizer que é um crime cultural destruir a serra da Arrábida. O problema dos trabalhadores tem que se resolver com a ida da cimenteira para outro sítio.

Ao Sr. Presidente da Mesa diz que acha que este problema do Ambiente merecia uma discussão mais aprofundada numa sessão extraordinária dedicada ao tema.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos aos presentes.

Em primeiro lugar, e relativamente ao Regimento, sugere ao Sr. Presidente da Mesa que o tempo de intervenção de cada membro seja limitado no sentido de permitir que todas as pessoas que quisessem intervir o fizessem sem prejuízo da ordem de trabalhos.

Em relação à questão do aeroporto, é uma matéria que está em discussão a nível nacional com uma hipótese, apesar de remota, de se poder vir a situar dentro de áreas do concelho. Há alguns meses atrás teve oportunidade de assistir a uma iniciativa da Câmara Municipal de Setúbal, em que muitos dos técnicos que hoje têm sido convidados para os grandes fóruns de discussão estiveram presentes. Estando novamente Rio Frio/Faias/Poceirão como hipóteses que se colocam, valeria a pena que fosse patrocinado ao nível do Município, com convidados credenciados na matéria, uma reflexão sobre essa possibilidade. São processos que alterariam todo o modelo de desenvolvimento do concelho, com tudo aquilo que trará de positivo e eventualmente com algumas contradições e paradoxos, mas é uma matéria sobre a qual valeria a pena reflectir, quando hoje existem grandes duvidas do ponto de vista técnico sobre as características técnicas e climatéricas da Ota comparativamente com Rio Frio. Existem ainda questões de impacte ambiental que têm sido apresentadas como o grande óbice para que se situe no concelho, nomeadamente pelo facto de um dos maiores recursos aquíferos se situar nesta zona enquanto há opiniões contrárias que dizem que se situam na zona do Carregado.

Em relação a algumas avaliações com carácter específico que têm a ver com matéria de recursos humanos, permite-se dizer que é verdade que a Câmara de Palmela tem cinquenta e seis por cento de operários e auxiliares, contra catorze e meio por cento de técnicos e técnicos superiores. Este número é um rácio que está dentro da média das autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, apesar de tudo, o grau de tecnicidade está ligeiramente abaixo de algumas autarquias, mas tem que se entender este valor no quadro das características do próprio concelho. Estamos a falar de um concelho de grande concentração urbana onde os investimentos do ponto de vista das tecnologias permite aligeirar o trabalho humano, onde a grande expressão geográfica obriga a um maior trabalho de operários e auxiliares. De acordo com números da DGAL, os concelhos com maior dimensão geográfica, e sobretudo rurais, são onde a percentagem de trabalhadores operários e auxiliares relativamente ao grau de tecnicidade é maior, pelo que não se trata de uma opção política da Câmara.

Em relação à crítica sobre aquilo que será um mau investimento na formação, diz que o Centro de Formação Luis Sá é referenciado ao nível da Área Metropolitana de Lisboa como um centro de excelência e qualidade, não lhe parecendo justo o tipo de avaliação que foi feita. Os resultados da formação e a forma como se traduzem na qualificação dos recursos humanos, é uma matéria sempre complexa e inacabada, no público e no privado. É uma matéria sobre a qual, todos neste país, temos que melhorar. Infelizmente há uns anos atrás, desbarataram-se dinheiros dos fundos comunitários em formação profissional, sem uma estratégia e sem uma política e hoje, os municípios e as empresas privadas, estão confrontados com este desafio pelo que a crítica não foi justa.

Em relação aos procedimentos de abertura e encerramento de concurso para Director de Projecto, não conhecendo o processo em si, diz que em termos administrativos é um processo corrente e não indicia nenhum acto de má gestão. Director de Projecto é um lugar dirigente, em comissão de serviço, e que pode por qualquer razão e em qualquer altura ser suspenso. Em sua opinião, pegar nestes exemplos como armas de arremesso político são más escolhas.

Em relação à questão da rede viária, nomeadamente da freguesia de Quinta do Anjo, diz que de facto existem insuficiências no que respeita aos acessos à auto-estrada. Todos sabem a origem da estrada dos quatro castelos/estrada da coca cola que na altura foi feita como forma do Sr. Xavier de Lima vender os terrenos naquela zona. Trata-se de um investimento de uma ordem de grandeza dificilmente comportável só pela autarquia. Como Presidente da Junta de Freguesia não deixará, com voz própria autónoma que tem nesta matéria, mas simultaneamente solidário com a Câmara, de defender que se encontrem vias alternativas qualificadas, de acesso à auto-estrada. O acesso de Cabeços Ruivos é um caminho alcatroado de muito difícil acesso e impossível para transportes públicos. No entanto, apesar de subscrever essas preocupações, gostaria que os Srs. Membros que referiram essas insuficiências dissessem qual a posição política que têm relativamente à não inscrição em PIDDAC da alternativa à EN 379, do Centro Saúde de Quinta do Anjo, porque foram os vossos partidos que inviabilizaram essa aprovação. Gostava que assumissem uma posição de distanciamento e de autonomia política, que tivessem uma voz própria relativamente à não inscrição destes investimentos em PIDDAC. Sendo verdade que a inexistência de vias qualificadas na Quinta do Anjo de acesso à auto-estrada ou à estação ferroviária da Penalva, são elementos dificultadores das acessibilidades, mas também não deixa de ser verdade que mesmo em redes viárias onde há acessos, onde as vias são qualificadas, e

onde é possível a mobilidade rodoviária os TST, com quem a Junta de Freguesia reuniu há muito pouco tempo, não prestam serviço de qualidade porque há uma lógica de lucro e não de serviço público a que essas instituições estão obrigadas.

Sr. Faustino Santos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

Como Presidente da Junta de Freguesia de Marateca deveria ter iniciado as intervenções mas como não o fez no início fá-lo no fim.

Há dezoito anos que faz parte da Assembleia Municipal e no final do seu mandato como Presidente de Junta completará vinte anos. Nunca durante todo este tempo veio ao microfone falar de actos políticos, porque foi eleito para defender a sua terra, a sua freguesia e o seu concelho. Seria falta de consideração da sua parte vir a uma freguesia rural falar de assuntos que não dissessem directamente respeito às pessoas que nela habitam. Sabe que está numa Assembleia Municipal, que tem outra amplitude, mas cerca de oitenta por cento da população da Marateca se tivesse vindo a esta sessão já teria ido embora há muito tempo. As pessoas estão dispostas a ir às Assembleias para tentar resolver, ou ouvir como se resolve, os seus problemas e isso não viu ninguém fazer esta noite o que tem muita pena. Numa Assembleia descentralizada têm que se munir de informações, arranjar argumentos para conseguir agarrar as pessoas. Isto é um recado não é uma crítica.

Há muito tempo que anseiam pelo novo Quartel de Bombeiros e muito gostariam de o ter. Não é a figura do quartel só por si que é importante, Marateca precisa de outras colectividades culturais que irão ocupar as instalações do actual quartel.

Em relação ao PIDDAC diz que patrocinar a promoção da Câmara Municipal através das obras o Governo não o fez, mas em termos de valores atribuídos a este concelho é o mais alto de sempre. Está a falar das verbas para as obras de reconstrução do Instituto de Malariologia e da Escola Marateca/Poceirão que são investimentos directos do Governo.

Termina dizendo que está muito grato por terem vindo à sua freguesia, tem pena que as pessoas de Cajados não tenham correspondido com a sua presença de forma a fazerem sentir as suas preocupações em relação aos problemas da freguesia. Não vieram não foi por não terem sido convidados, mas sim porque pensam aquilo que dizem: *"… não vale a pena lá ir …"*

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo diz que as suas intervenções não são feitas de má fé.

Nunca falou de má gestão ou crítica negativa aquilo que a Câmara Municipal faz. Aquilo que aqui vem dizer é no sentido construtivo, da melhoria e de exigir mais.

Para acabar com a politiquices, diz ao Sr. Presidente da Junta que se quiser encabeçar qualquer tipo de movimento para que, por exemplo, a variante à EN 379 seja feita, não há partidos pelo que estará a seu lado naquilo que for preciso para resolver o problema. O seu desejo é que a freguesia de Quinta do Anjo tenha as alternativas de mobilidade que não tem, nem nunca teve até agora, em trinta anos de governação da CDU no concelho e na freguesia.

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Não era sua intenção intervir porque, por motivos que são do conhecimento geral, o seu estado de espírito, bem como dos companheiros de bancada, não será o melhor.

Antes de falar do assunto principal que o faz intervir não quer deixar de dar uma breve resposta ao Sr. Membro da Assembleia e Presidente da Junta de Quinta do Anjo.

O Sr. Valentim Pinto, na sua intervenção, dirigiu-se aos partidos e aos governos inclusivamente diz algo que contradiz a intervenção do Sr. Domingos Rodrigues quando fala de tentativas de vitória na secretaria. Em relação às alternâncias de governo foi o povo português que fez a escolha.

Quando em sede de PIDDAC um governo, que na altura era do PSD, teve uma posição que foi bastante negativa para o nosso concelho com poucas ou nenhumas obras agendadas, os membros da Assembleia Municipal do PSD colocaram-se ao lado da população, da autarquia e em conjunto aprovaram uma Moção que condenava essa postura. Das obras actualmente em PIDDAC, a escola de Marateca/Poceirão foi lançada também por um governo do PSD. O Quartel dos Bombeiros de Águas de Moura ainda não está construído porque entretanto mudou o governo, apesar da documentação necessária já estar assinada.

Aproveita para dar os parabéns à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, no fundo a todos nós por o Município de Palmela ter cumprido o seu dever. Está a falar das novas instalações da Assembleia Municipal. Aquilo que hoje temos em Palmela com estas novas instalações, com condições de trabalho que dignificam a Assembleia e os seus eleitos, no panorama do país não são uma regra mas uma excepção. Conhece mais algumas Câmaras e sabe que algumas, independentemente da cor partidária, já começam a olhar a Assembleia Municipal como está na lei, ou seja um órgão autónomo e fiscalizador do Município e não como um seu braço político. Quando é de criticar, o PSD critica, mas quando é para dar os parabéns dão os parabéns. Estas novas instalações rivalizam com as instalações da Assembleia Municipal do Barreiro e têm todas as condições para usufruirmos delas e trabalharmos desde que saibamos aproveitá-las.

Reforçando a questão levantada pelo Sr. Carlos Guinote diz que, saber aproveitar as instalações quer dizer também que esta Assembleia não se pode continuar a resumir a um órgão que reúne apenas em sessões. As Comissões Permanentes existem e devem reunir, exemplo disso é a Comissão a que o PSD preside e é coordenada pelo Sr. Fernando Nascimento. Termina deixando o repto para que se utilizem as instalações e se comecem a trabalhar nelas a bem do Município.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em relação ao que foi falado anteriormente refere que o debate das Assembleias Municipais deveria ser centrado nos problemas das localidades onde se realizassem as sessões. O resultado disso não ser feito, e deixa esta questão como aviso, é o que o Sr. Presidente da Junta de Marateca referiu que é o não estar cá ninguém. A falta de interesse dos munícipes tem a ver com os assuntos que são debatidos na Assembleia.

Apesar de se poder discutir assuntos que são do interesse nacional, e de todos nós, há assuntos que não podem ser prejudicados e que são os problemas candentes da vivência dos munícipes e isso não pode ser ignorado de forma nenhuma. Devemos ter a noção da nossa realidade e da nossa dimensão, devemos ser humildes, porque ser humildes eleva-nos muito alto. Devemos fazer aquilo para que nos propusemos: defender em primeiro lugar os nossos munícipes.

Vivemos num concelho rural em que há especificidades extremamente importantes a serem tratadas, desde as linhas de águas, às vinhas, à recolha dos lixos, às acessibilidades que

variam conforme a zona. Os problemas de Pinhal Novo e de Palmela são diferentes dos desta zona, e temos que ter a arte de nos dedicarmos a esse trabalho.

O debate político é excelente, concerteza que é uma forma de participarmos como cidadãos activos na vida da nação, mas não podemos desta forma fechada e enquistada, afastarmo-nos de quem nos devíamos estar a dirigir.

Sr. Presidente da Mesa, antes de passar a palavra à Sra. Presidente da Câmara, e contrariamente ao que é costume, gostaria de prestar alguns esclarecimentos uma vez que lhe foram colocadas questões directamente.

- Assembleia extraordinária sobre o Ambiente sugerida pelo Sr. Carlos Guinote - promete que vai reflectir sobre o assunto e eventualmente convidar algum técnico que julgue competente, que provavelmente agradará a uns e não a outros.

- Proposta sobre a realização de Assembleias descentralizadas - o Regimento no nº. 3 do artº. 23º., já citado, diz também que as sessões ordinárias normalmente se realizam na sede do concelho e em sua opinião é lá que têm que ser realizadas. Não lhe parece bem a proposta apresentada até porque, em mandatos anteriores, esta Assembleia já correu todos os pontos do concelho pelo que não é novidade nenhuma. Não lhe parece boa política fazer sessões descentralizadas consecutivas mas o plenário é que irá decidir.

- Tempo limitado de intervenção – seria fácil se o hábito fosse abrir inscrições e a seguir fechar, mas é impossível limitar os tempos de intervenção uma vez que os Srs. Membros se inscrevem conforme surgem os assuntos. Quem tem que fazer essa auto-limitação são os Srs. Membros da Assembleia que deveriam ser mais sintéticos e precisos nas suas intervenções.

- Ao Sr. José Manuel Silvério diz que não percebeu qual foi o preceito legal que não foi cumprido na marcação desta sessão descentralizada, pelo que pede explicação.

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que não foi aprovada a sessão descentralizada.

Sr. Presidente da Mesa, responde dizendo que esta sessão foi proposta pelo Sr. Dr. Miranda Lemos tendo sido aprovada pelo Plenário.

Terminados os esclarecimentos, diz que gostaria de aproveitar este período para falar de um assunto muito mais sério. Crê que é do conhecimento da maioria que uma autarca do PSD, na Junta de Freguesia de Palmela, se encontra a atravessar um período gravíssimo de doença. Deste modo, em nome da Assembleia Municipal, dirige a Patricia Cordeiro os votos de melhoras, que será muito difícil, mas temos que acreditar nos milagres que a medicina possa fazer.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em primeiro lugar, e em nome da Câmara Municipal, também subscreve as últimas palavras do Sr. Presidente da Assembleia desejando à companheira autarca Patrícia as melhoras e que a medicina faça tudo aquilo que nós não podemos fazer mais que ao nível dos desejos individuais.

Relativamente às questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia não promete ser sintética mas promete tentar abordar os assuntos, dentro do possível, uma vez que para alguns não tem resposta imediatas mas não deixará de os identificar.

- ao **Sr. António José Santos** e relativamente ao Airense, não pode deixar de referir porque regista e aceita estas interrogações que não têm nem podem ter o carácter de chamadas de atenção. Em primeiro lugar gostava de fazer uma correcção porque o Airense não fez cinquenta mas sim cinquenta e um anos, tendo o executivo estado presente no ano transacto. Este ano teve oportunidade de justificar a sua ausência, enquanto Presidente da Câmara, pelo facto de estar numa tarefa política que durava o dia inteiro e na qual era eleita delegada, tarefa que não pode deixar de cumprir. A Câmara Municipal esteve representada pelo Sr. Vereador Adilo Costa, pelo que não pode aceitar este tipo de reparo. Tomou nota da questão do cemitério, mas tanto quanto sabem, a máquina estaria a fazer o que tinha que fazer na altura. Em relação à estrada que liga Aires à Estação de Palmela, e quando na última reunião disse que a obra era da responsabilidade da REFER, foi uma obra que a Câmara exigiu à REFER e foi por ela executada tendo feito o mínimo indispensável e não tendo acautelado a questão das bermas e passeios. Também disse que a Câmara iria procurar colmatar essa deficiência quando fosse possível porque não é uma obra que vá ser assumida como urgente. O mesmo tipo de problema existia em várias estradas nacionais e ao longo dos anos a Câmara Municipal foi colmatando com a execução de passeios. Quanto ao Palmelense e à Palmela Desporto não tem mais nada a acrescentar porque não conhece nenhum conflito. Tomou nota da questão do Jardim de Aires. Relativamente às questões da Saúde, diz que estão todos interessados, e terá sido isso que o Sr. Vereador manifestou, que seja construído um novo Centro de Saúde em Quinta do Anjo. Em relação à questão concreta o que o Sr. Vereador terá dito é que se procurava um novo local para a instalação do actual Centro de Saúde. Como toda a gente sabe os títulos dos jornais não são da responsabilidade de quem responde a perguntas. O que é essencial neste assunto é o entendimento da Câmara Municipal sobre esta matéria, ou seja estão todos empenhadíssimos em encontrar uma alternativa para o funcionamento do Centro de Saúde de Quinta do Anjo, uma vez que o actual não tem a menor condição de segurança nem de dignidade quer para os utentes quer para os profissionais. Aproveita para informar que já cederam um terreno e aguardam resposta da Administração Regional de Saúde para saber se tem condições, se cumpre os requisitos, etc.

- ao **Sr. Carlos Martins**, diz que em relação às questões das Comissões de Serviço não há muito mais a acrescentar porque é a lei que obriga a abrir concursos quando as Comissões de Serviço atingem o seu fim e é simultaneamente a lei que recomenda que no caso de estar a ser alterado o quadro legal e o quadro em que as Comissões podem ser exercidas, leia-se Estrutura Orgânica, obviamente os processos de concurso devem ser encerrados. É um procedimento administrativo que não pode ser dispensado e nada tem a ver com o processo de organização de trabalho. Quanto às questões da formação diz que mesmo com limitações no universo geral das autarquias locais e da administração pública em geral, no caso concreto da Câmara de Palmela têm o privilégio de poder dizer que foram distinguidos em vários momentos quer pelo Centro de Formação que dispõem, quer pelos projectos de modernização que têm em curso. O processo de informatização foi premiado pela Secretaria de Estado da Administração Local, tendo sido distinguido e usado como exemplo no seio das Câmaras Municipais e da Administração Central. A Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito da gestão do FORAL, convidou a Câmara Municipal de Palmela a expor a sua experiência nomeadamente no que diz respeito às questões relacionadas com a formação de operários. Há outros exemplos relacionados com o Prémio da

Qualidade em que obtivemos em vários anos lugares de destaque, nomeadamente o primeiro lugar no Prémio da Qualidade do Distrito de Setúbal. Estes três exemplos são apenas para dizer que, apesar de continuarem com limitações e com dificuldades por suprir na organização, têm casos que são considerados boas práticas administrativas e bons exemplos. A questão do protocolo da Mecminop será respondida por escrito para maior rigor. De cor, pode situar o caso da SIM – Sociedade Instrução Musical, cujo projecto está a ser apreciado na Direcção Geral de Espectáculos; o caso da ETAR está executada; o caso dos furos de captação de águas continuam pendentes de um último parecer do Parque Natural da Arrábida; as intervenções no Quintajense e na escola foram feitas; a rua norte/sul está executada mas falta executar a parte que liga à EN 379, tendo já sido autorizado o abate de sobreiros.

- ao **Sr. Carlos Guinote**, em relação à questão dos autarcas que são empresários, o que pode responder com rigor é que, relativamente ao desempenho dos autarcas na Câmara Municipal, a questão não se coloca porque não existem essas situações. Em relação a outras situações não pode responder com rigor, pode apenas dizer que a lei impõe incompatibilidades relativamente a certas funções ou actividades privadas e o exercício de cargos executivos. Quanto à relação de outros autarcas com a Câmara Municipal, o que pode dizer é que todos os processos de fornecimento de empreitadas ou serviços, são desenvolvidos de acordo com a lei e na maioria dos casos tratam-se de procedimentos resultantes de processos desencadeados com concursos. Sugere que caso haja alguma questão concreta a mesma seja colocada para poder ser respondida.

- ao **Sr. José Manuel Silvério** e concretamente em relação ao boletim municipal e publicações da Câmara Municipal de Palmela, quer dizer que por iniciativa da Câmara foi pedido um parecer à Alta Autoridade para a Comunicação Social no sentido de saber se o boletim é um boletim ou um órgão de informação. Essa *nuance* configura dois modelos completamente diferentes. Caso seja um boletim, como a Câmara entendia que era, ele cumpre exactamente os requisitos que tem para cumprir e não deve ter espaço para o exercício do contraditório que é o que se passa num órgão normal de comunicação/informação. Este foi o entendimento da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Se se tratasse de um órgão normal de informação/comunicação teríamos a obrigação de contemplar um espaço para o contraditório e aí os Srs. Vereadores da oposição na Câmara Municipal, tinham o direito de expor e explanar as opiniões sobre a Conta de Gerência, por exemplo. O boletim não é um órgão de informação e tem como função informar os munícipes, ao abrigo do direito à informação, sobre a actividade municipal. Por iniciativa do Partido Socialista foi consultada a CNE – Comissão Nacional de Eleições sobre o balanço de mandato da Câmara, tendo sido respondido que o documento era regular e cumpria todos os requisitos que a lei impunha para aquele tipo de publicações. Podem ponderar todas as sugestões, mas do ponto de vista legal estão tranquilos sobre o veículo que utilizam para informar os cidadãos acerca da actividade municipal. Em relação ao areeiro informa que é o Ministério do Ambiente quem licencia mas irão estar atentos relativamente a qualquer pedido que surja na Câmara Municipal para a um novo areeiro ou extensão. Em relação às questões mais estratégicas que foram referidas, nomeadamente o apelo para que se faça um debate alargado sobre as questões estratégicas do concelho é sua opinião que deverão ser promovidos alguns debates sobre as coisas que nos dizem respeito. Relativamente à matéria do aeroporto gostaria de começar a discussão pública desse tema com dados mais rigorosos do que

os que existem. Todos falamos sobre os mais variados estudos que existem, sobre debates que aconteceram, mas temos responsabilidades como autarcas para quando se debater este assunto com a população, de ter reunido alguns contributos mais concretos e mais objectivos. Na Câmara Municipal está a ser recolhida toda a informação que pode ser disponibilizada e a seguir tomar-se-á a iniciativa de suscitar a discussão e partilhá-la com os nossos cidadãos.

Para terminar, saúda de forma especial à direcção do Grupo Desportivo Leões de Cajados dizendo que é com muito gosto que cá estamos e voltamos em cada momento.

Sr. Presidente da Mesa, antes de entrar no período da ordem do dia gostaria de referir dois assuntos.

Em relação ao Airense e dirigindo-se a António José Santos diz não saber se tem responsabilidades directivas no clube, mas gostaria de informar que o Presidente da Assembleia Municipal recebeu do Airense um envelope que nada trazia dentro. Não quer crer que tenha sido uma grande falta de consideração acha que foi um grande descuido, mas apesar de tudo imperdoável, razão porque não esteve presente no aniversário.

Quanto às questões do Palmelense/Palmela Desporto, diz que é Presidente da Assembleia Geral do Palmelense e vai muitas vezes ao campo de jogos reunindo formal e informalmente com a direcção. Aquilo que pode garantir, por informações dadas pelos membros da direcção, é que as relações entre a Palmela Desporto e o Palmelense nunca estiveram tão boas como estão agora.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara informa que, para não prolongar mais os trabalhos, dispensa a leitura da introdução ao Relatório da Actividade Municipal uma vez que foi previamente distribuído.

Gostaria apenas de dar uma informação que considera crucial relativamente à actividade da Câmara Municipal e que tem a ver com o primeiro parágrafo do Relatório. No âmbito do projecto global de modernização administrativa foi concluído o processo de revisão da estrutura orgânica. Já foi publicada a nova estrutura que entrou em vigor, tendo hoje mesmo tomado posse todos os dirigentes, quer os que são nomeados em regime de substituição para as novas unidades orgânicas, quer aqueles que são reconduzidos nas mesmas unidades orgânicas. Todo este processo vai significar um novo ciclo do ponto de vista da organização relativamente às pessoas, mas sobretudo o retomar de um trabalho normal e do cumprimento do plano plurianual de investimentos.

Aproveita para informar que foi feito um pequeno acerto de pelouros a nível do executivo, pelo que gostaria de referir que os Gabinetes que foram criados na nova estrutura ficam na

dependência directa da Câmara Municipal e que na estrutura da Câmara assume o novo Departamento de Comunicação e Atendimento.

O Sr. Vereador Adilo Costa mantém responsabilidade no Departamento de Administração Finanças, na Divisão de Projectos e Obras Públicas dentro de Departamento de Obras, Logística e Conservação e deixa o Gabinete do Centro Histórico, que passa a ser sua responsabilidade, assume também a responsabilidade do Departamento de Cultura e Desporto.

A Sra. Vereadora Adília Candeias deixa a responsabilidade do Departamento de Cultura e Desporto e assume a responsabilidade da Divisão de Logística e Conservação dentro do Departamento de Obras, Logística e Conservação em parceria com o Sr. Vereador Adilo Costa.

O Sr. Vereador José Charneira, não há alterações significativas a referir, mantém a responsabilidade no Departamento de Ambiente e Infra-estruturas e também o recém-criado Departamento de Administração Urbanística.

O Sr. Vereador Octávio Machado mantém as responsabilidades que tinha até à data, ou sejam a iluminação pública, saúde e cemitérios.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções passa de imediato ao ponto seguinte.

2 – Prestação de Contas - 2006

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer aduzir mais algum esclarecimento à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, em relação a este documento tem a dizer que é a tradução, em termos de execução, daquilo que estava no orçamento que mereceu da parte do grupo do PSD um juízo de desvalor político que foi explanado na altura da sua discussão.

Há um aspecto preocupante que a conta de gerência vem confirmar, que é a tendência para a quebra de receitas. É certo que parte da queda de receitas tem um aspecto conjuntural. A quebra de receitas da Derrama está ligada a uma conjuntura profundamente negativa que continuamos a atravessar. Já não é conjuntural, é claramente estrutural e é imputável aos novos critérios de atribuição de fundos financeiros da administração central, decorrentes da nova Lei de Finanças Locais. Perante esta redução da receita, faz uma sugestão à Câmara no sentido de procurar projectos de investimento que sejam susceptíveis de ter co-financiamento de fundos da União Europeia, até porque esses projectos têm uma garantia de que são investimentos de qualidade.

Uma vez mais exprime a sua preocupação com a percentagem excessiva dos custos da estrutura da Câmara Municipal, em especial das despesas com pessoal que atingem quarenta e sete vírgula quatro por cento das receitas correntes do ano anterior. Começa de facto a ser uma percentagem preocupante, pelo que vão exigir uma aplicação mais estrita de critérios de

prioridade em função dos grandes objectivos estratégicos que a Câmara defina. Tem que haver, cada vez mais, a preocupação de apostar em investimentos de qualidade, estruturantes que tenham a ver com a qualidade de vida dos munícipes.

Por outro lado é notório que a governação financeira da Câmara se faz em condições de défice, que a clareza dos documentos apresentados, de excelente qualidade técnica e de leitura fácil e transparente, permitem verificar e que é assumido, pelo que não pode ser agravado.

Há aspectos que dizem tudo em relação ao desequilíbrio entre o investimento e as despesas de capital e a despesa corrente de funcionamento. Na execução as despesas correntes correspondem a trinta e quatro milhões de euros e as despesas de capital correspondem a sete vírgula seis milhões de euros.

É algo preocupante que deslizem para 2007 compromissos de cerca de dois milhões de euros, enquanto nas operações de tesouraria se conclui que o saldo de gerência transitado é de cerca de um vírgula dois milhões de euros.

Regista que a Câmara continua a ter um ranking de avaliação elevado porque quando vamos ver o balanço verifica-se que o activo bruto no final de 2006 atingia cento e oitenta e um vírgula quatro milhões de euros, com amortizações contabilísticas da ordem dos nove ou dez milhões de euros. Havendo um endividamento que no fim de 2006 era da ordem dos seis milhões de euros e que irá aumentar no ano de 2007, se o orçamento se cumprir, apesar de tudo a Câmara tem um óptimo ranking sendo que as dívidas a terceiros são de um vírgula nove milhões de euros.

Em conclusão de tudo o que foi dito, refere que a Câmara tem procurado cortar no investimento como forma de equilibrar o orçamento, o que em sua opinião não é um bom caminho. É evidente que tem que se reconhecer que há grandes constrangimentos financeiros e uma despesa com pessoal elevada, que não é fácil reduzi-la de um dia para o outro, pelo que tem que haver um grande cuidado e contenção em novas admissões.

O Partido Social Democrata vai abster-se na votação deste documento em consonância com o que fez quando votou o orçamento de 2006.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS ausentou-se da sala cerca das 23,55 horas.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em relação a este ponto gostaria de fazer duas considerações em relação aos órgãos de poder local – Câmara e Assembleia Municipal. A Câmara Municipal é um órgão executivo, como todos sabemos, responsável pela operacionalização das grandes reuniões políticas. Temos também o órgão político, o órgão de fiscalização apesar da sua missão estar muito reduzida para aquilo que se propõe fazer. A Assembleia Municipal seria, e era desejável que fosse, o grande fórum político concelhio o local de privilégio de debate político onde seriam debatidas e definidas as grandes opções estratégicas para o concelho, os objectivos a atingir, o local de prestação de contas aos munícipes através dos seus representantes.

Perante esta proposta em concreto, actualmente e face à lei em vigor, a capacidade da Assembleia é muito reduzida. A CDU, e muito bem, usa essa capacidade reduzida minimizando o debate político e a Assembleia Municipal mais parece um velho “cinema de reprise” que passavam filmes revistos muitas e muitas vezes. Está reduzida à expressão de “cinema de

reprise" e de tal maneira é conhecido o desfecho que a comunicação social já se foi embora. Já é conhecida a posição do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e da CDU sobre esta matéria porque já foi publicado em jornais, foi votado e é evidente que havendo um fio condutor dos partidos políticos aqui presentes seria estonticia irmos apresentar outro argumentação e outra votação que não aquela que os vereadores apresentaram, não por serem só vereadores mas por serem vereadores do Partido Socialista e assim vinculam a posição do Partido Socialista. É redundante neste momento fazer qualquer análise, ou pretender fazer qualquer análise, sobre a matéria em apreço.

Termina dizendo que esta proposta irá ser votada com os habituais votos contra do Partido Socialista, porque há mais de trinta anos a política do Partido Comunista em Palmela é a mesma presenteando-nos com sucessivos orçamentos que têm sido apresentados pelos vereadores do Partido Socialista como injustos, desequilibrados e sem rigor. Por tudo isto o Partido Socialista vai votar contra a Prestação de Contas, posição que já era conhecida há muito tempo.

Sr. Presidente da Mesa, é natural que a posição seja conhecida uma vez que a discussão do documento é feita em primeiro lugar na Câmara Municipal e por isso é inevitável que a votação também seja conhecida.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que tem dificuldade em analisar este documento. De qualquer modo, gostaria de dizer algumas coisas que são perceptíveis na rua.

Parece-lhe que as despesas com pessoal são um peso muito grande, mas não se pode alicerçar em dados e vai recorrer à sua experiência para explicar porque é que algumas coisas não lhe parecem bem. Quando foi presidente da Cooperativa Agrícola de Pinhal Novo teve o cuidado de acompanhar o trabalho das pessoas e por vezes ia antes das 9 horas para as instalações. As funcionárias do escritório chegavam por volta dos 9,15/9,30 horas, foi verificando que isso acontecia de forma continuada até que um dia perguntou o porquê desta situação ao que lhe foi respondido que vinham mais tarde porque trabalhavam até mais tarde. Ficou na altura assente que, se trabalhavam até mais tarde seriam pagas horas extraordinárias porque isso era necessário, mas o trabalho era para iniciar às 9 horas. Em relação à situação na Câmara de Palmela verificou ainda há pouco tempo que junto a uma rotura de águas estavam onze pessoas, três carros e um operário a trabalhar no fundo do buraco. Pareceu-lhe um exagero mas até pode haver uma explicação, só que não lhe parece que numa empresa isso possa acontecer. A sua percepção sobre esta situação, e outras semelhantes, é que há um mau aproveitamento dos recursos humanos.

Para ser uma boa oposição gostaria de ter informação detalhada sobre várias situações e uma delas em concreto, que muito o preocupa, que é a pobreza. Pergunta se a Câmara tem dados sobre os focos de pobreza no concelho e que soluções tem ou se este é um problema do poder central.

Pergunta ainda à Câmara se tem conhecimento do problema de toxicodependência junto à estação de Venda do Alcaide, do volume deste problema a nível do concelho e se alguma vez pensou em soluções do tipo "sala de chuto".

Sr. José Manuel Silvério do PS, diz que se recorda de praticamente todas as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Assembleia, no acto de tomada de posse, que foram extraordinárias no que concerne à dignificação desta Assembleia.

Em relação à Prestação de Contas diz que o volume que foi distribuído, tardiamente mas que é comum a todas as Câmaras e todas as oposições se queixam do mesmo, de trezentas e cinquenta e duas páginas é difícil ser lido por todos os elementos da bancada.

Lastima o facto das sessões da Assembleia se prolongarem por causa do público estar a assistir, mas não aceita que os Srs. Membros da Assembleia em todas as sessões, de modo geral, digam que tem que se acelerar os trabalhos. Qual é a função da oposição, não é vir para as Assembleias? Também se verifica que o Sr. Presidente marca o início da sessão para as 21,30 horas e há membros que chegam sempre vinte e trinta minutos depois, pelo que há que respeitar e estarem todos a horas para não haver atrasos.

Analisando o que conseguiu dum documento tão extenso quer dizer, com profunda tristeza, que chega à conclusão que a Câmara da CDU, ao fim de três décadas à frente de Palmela, a única coisa que tem para oferecer é o caminho da vitimização, para o qual nos querem envolver a todos numa permanente campanha partidária contra o poder central. O executivo actual em cinco anos e meio de poder fez, em sua opinião, a pior gestão de sempre. Já leva em média três anos de atraso nas obras que se propôs fazer em 2001, diz que vai fazer de 2007 a 2009 obras que já deviam estar prontas há três anos.

Esta Prestação de Contas de 2006 é exemplo do desnorteio deste executivo. Não houve contenção nas despesas mas sim contenção de investimentos que baixou cerca de quarenta por cento do orçamento global. Houve uma redução na taxa de execução do plano de actividades, atingiu a pior taxa de execução do plano de investimentos, teve uma diminuição na execução da receita apenas oitenta e cinco vírgula quatro por cento, onde há dois anos a taxa de execução foi de mais de cem por cento. Na execução das despesas, inverteram os objectivos e bons princípios de gestão. Dos cem por cento do orçamento, a Câmara gastou cinquenta e dois vírgula quarenta e sete no funcionamento e em despesas de pessoal, e só quarenta e sete vírgula seis por cento é que foram para as grandes opções do plano. Em cada euro que a Câmara recebe gasta logo mais de cinquenta e dois cêntimos sem fazer qualquer obra. É uma das Câmaras no nosso país das que mais recebe *per capita* mas, com tantos custos de funcionamento e tantos gabinetes com técnicos superiores, não tem capacidade para olhar as coisas básicas que hoje preocupam qualquer organismo, ou qualquer empresa. Dá como exemplo a média dos acidentes de trabalho na Câmara que está acima da média de acidentes de trabalho dos países do terceiro mundo. Em media, cada trabalhador da Câmara tem 3/4 acidentes por ano. Em sua opinião, isto deve ser uma grande preocupação para o PCP.

Poderiam estar aqui toda a noite a demonstrar que a discussão desta prestação de contas não se esgota na mesma. Estas contas são o resultado de uma falta de estratégia e duma falta de visão para o concelho e por isso só poderia merecer o voto contra.

Termina dizendo que, ouvindo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e seguindo o seu conselho, pede aos membros eleitos pela CDU que falem com o vosso governo da Câmara sobre estas matérias.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

A sua intervenção vai ser muito rápida e tem intenção de dar os parabéns à Câmara Municipal pela elaboração deste documento porque, pela primeira vez, se apercebeu de alguma honestidade e humildade na elaboração do mesmo. Foram claros, há números que mais explícitos não poderiam estar e nas conclusões da página duzentos e cinquenta e um, relativamente à eficácia e eficiência é preciso alguma coragem para referir o que está escrito.

O PPD/PSD na campanha eleitoral falou na campanha dos três E: Economicidade, Eficiência e Eficácia.

A Câmara Municipal está nesse caminho, está no caminho de melhorar a eficácia e a eficiência, em termos de economicidade é que tem muito caminho a percorrer. Este documento detecta as falhas, tenta corrigir e abre as portas para a nova estrutura que está a ser implantada. Quer ver, e quer crer, que essa nova estrutura vai ter efeitos no sentido de melhorar a eficiência e a eficácia. Preocupa-o a gestão para 2007 porque é a que está em causa.

Gostaria de questionar, relativamente a números, na página duzentos e cinquenta é feita a referência a mil e trinta trabalhadores e depois, na página duzentos e trinta e sete, a mil e trinta e um trabalhadores. Pensa que há um lapso numa das páginas que deverá ter que ser corrigido. Deixa também um reparo em relação ao número de acidentes de trabalho porque pensa que na área de higiene e segurança no trabalho poderá ser feito algo mais no sentido de diminuir o número uma vez que tiveram um crescimento quase exponencial relativamente a 2005 e 2004.

Há que tentar contrariar a taxa crescente de absentismo na Câmara Municipal de Palmela, que passará pela motivação e provavelmente por formação, não do tipo normal, mas da que tende a saber qual a aptidão e motivação do funcionário para determinadas tarefas. Aí, através da lei da mobilidade distribuí-los pelas áreas em que terão mais apetência e que à partida estarão mais motivados.

Termina dizendo que o PSD tem algumas reticências relativamente à Prestação de Contas 2006 e por isso é que se vão abster, mas aproveita para deixar uma chamada de atenção do ponto de vista ambiental. O documento que foi distribuído tem trezentos e cinquenta e duas páginas se fosse impresso dos dois lados, teria metade das páginas e com a economia de várias resmas de papel e poupança para a Câmara Municipal.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, gostaria de fazer dois ou três comentários sobre algumas das intervenções anteriores. Não pode deixar de evidenciar que o factor que foi aqui mais relevado como factor negativo, sobre o documento apresentado, tenha sido a área que tem a ver com a gestão de recursos humanos.

Não ouviu da parte de nenhum dos intervenientes, em matéria de orçamento e das receitas da Câmara, uma única palavra de reconhecimento das dificuldades crescentes que esta, e a generalidade das Câmaras do país tem, actualmente, com a nova Lei das Finanças Locais.

Em relação à matéria de recursos humanos, gostaria de dizer que a Câmara de Palmela tem um rácio de trabalhadores por habitante que está dentro daquilo que são as médias nacionais, ou seja, um trabalhador por cinquenta e quatro vírgula trinta e nove habitantes. Há municípios que têm mais e outros menos, pelo que convém referenciar que também aqui há efeitos de economia de escala. Daí que nos concelhos de maior concentração urbana este rácio é mais baixo e em concelhos de maior expressão geográfica são mais altos, tratando-se de indicadores nacionais. De 2005 para 2006 há uma diminuição de mil e cinquenta e um para mil e

trinta e um funcionários. O Decreto-Lei 116/84 refere de uma forma muito explícita que as despesas de pessoal do quadro não podem exceder sessenta por cento das despesas correntes do ano anterior. A Câmara Palmela está em quarenta e sete vírgula quatro, ou seja, está muito aquém daquilo que o legislador definiu como os parâmetros da razoabilidade e da legalidade. Estamos a falar de rácios que estão inequivocamente abaixo dos indicadores que estão definidos por lei. O ano de 2006 aponta para um aumento das despesas de pessoal, dado que houve um aumento da taxa da Segurança Social e da ADSE suportado pelas autarquias e que tem um efeito indirecto no aumento dos custos de pessoal. Em sua opinião o quadro dos acidentes de trabalho está incompleto e é susceptível de criar equívocos porque há um número exponencialmente crescente de número de acidentes, há dois indicadores que não estão lá. Há duas formas de avaliar os acidentes de trabalho, pela taxa de incidência e pela taxa de gravidade. Os indicadores que conhece da taxa de gravidade na Câmara de Palmela são baixíssimos. Há ainda um outro elemento que se estivesse no relatório ajudaria a desfazer o equívoco. Para além dos acidentes, há incidentes e as chamadas ocorrências perigosas e no documento estão todos classificados na mesma rubrica o que cria o equívoco, porque uma ocorrência perigosa, um acidente e um incidente são três graus de gravidade diferente. Em sua opinião, de futuro, deverá haver um maior rigor na apresentação destes dados.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se quer prestar alguns esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que em relação ao documento apresentado gostava de sublinhar o seguinte:

- regista com agrado as palavras que os Srs. Membros da Assembleia proferiram acerca do documento que são muito importantes para os dirigentes e técnicos envolvidos na sua elaboração.

- sobre o seu conteúdo, e dos números em concreto, gostaria de responder às observações que foram feitas. Em primeiro lugar não é verdade que se possa avaliar a simples situação dos gastos com pessoal nos termos em que os Srs. Membros da Assembleia o fizeram. Neste contexto difícil, em que a quebra de receita foi aquela que puderam observar, estamos num ano em que tivemos menos seis vírgula oito milhões de euros do que estava previsto. É um valor muito significativo e estamos a viver um período muito complicado, bastando dizer que o orçamento de 2007 é de quase menos dez milhões de euros que o orçamento de 2006.

- relativamente às medidas tomadas, dentro do funcionamento da estrutura, esta prestação de contas espelha que foi feito um esforço para ainda assim orientar as disponibilidades, tendo sido feita uma contenção nos gastos da estrutura que permitem observar que, as despesas com comunicações, combustíveis, consumíveis, foram todos eles reduzidos. Com os consumíveis conseguiu-se poupanças superiores aos dezanove por cento que são valores significativos. Em relação aos combustíveis, pese embora o facto de terem aumentado significativamente, conseguiu-se também poupar havendo uma diminuição objectiva e concreta desta despesa.

- dos custos do pessoal em particular gostava de sublinhar que, quando as despesas com pessoal aumentam, apesar de ter sido um ligeiro aumento, importa distinguir os custos. No trabalho extraordinário, que é algo directamente da responsabilidade da gestão camarária, a

despesa diminui em cerca de trinta por cento o que já é um valor significativo. Em contrapartida, aumentam brutalmente outras despesas relacionadas com o pessoal e que não dependem das decisões e opções da Câmara Municipal. Concretamente, aumentam as despesas com a Segurança Social cerca de trinta e seis vírgula oito por cento e aumenta a contribuição para a Caixa Geral de Aposentações que passa de dez para treze por cento, significando um aumento de quase quatrocentos mil euros. No conjunto das despesas com pessoal, convém dividir ou separar aquilo que são as despesas contra as quais a Câmara nada pode fazer, daquilo que são as despesas que podem ser controladas e para as quais foram dadas orientações concretas e foram tomadas medidas duras que são muito impopulares como compreenderão. Em organizações em que os ordenados são baixos, onde há categorias profissionais que são muito mal pagas é extremamente importante aquele complemento salarial que as horas extraordinárias permitem. Foram tomadas medidas de racionalização dentro da organização, impondo regras de funcionamento rigorosas, pelo que esta despesa foi quebrada em mais de trinta por cento relativamente ao ano anterior.

- ainda assim dentro desta situação, em que esta prestação de contas não é a que mais se podem orgulhar e que o orçamento de 2007 não é o orçamento que mais se orgulham, mas são os possíveis. Pensa que os Srs. Membros da Assembleia farão a justiça de reconhecer que geriram da melhor forma possível, com os recursos que havia à disposição. É extremamente preocupante o facto de haver uma diminuição da receita como a que aconteceu em 2006 e ver a diminuição de receitas que se prevê para 2007, tal como plasmado em orçamento.

- na contabilidade local há que valorizar o facto de se ter conseguido, dentro daquilo que foi a previsão, gerir as verbas recebidas. Foi nos impostos indirectos, ou seja, nas taxas de loteamentos e obras, que se deu a maior redução e que levou a uma quebra de três vírgula cinco milhões de euros na receita. Este facto deveu-se a um projecto que não teve a evolução e o andamento nos prazos previstos, apesar de todos os outros terem cumprido rigorosamente os valores estipulados.

- em relação aos impostos abolidos, ao contrário do que tinha acontecido em anos anteriores, a quebra foi superior à previsão da Câmara e por isso altera as disponibilidades financeiras. Mantiveram-se genericamente, as verbas transferidas do Orçamento de Estado. A alteração da receita levou a que a Câmara Municipal tivesse que fazer um ajustamento no plano de actividades, obrigando a reprogramação de algumas das acções e aos níveis de execução que podem ser observados. Ainda assim tiveram uma preocupação, que este documento traduz, que é de não prejudicar a capacidade da Câmara para os anos seguintes, de não comprometer o ano de 2007e de não passar com saldo negativo para não ferir o princípio da legalidade e não inviabilizar a gestão. Dentro das disponibilidades, fizeram aquilo que era razoável, seguindo os princípios da prudência e do equilíbrio.

- em relação aos acidentes de trabalho diz que os indicadores são calculados a partir do número de dias que cada acidente implica, não quer dizer que tenha aumentado o número de acidentes mas sim, aumentou no seu conjunto, o número de dias que os trabalhadores da Câmara estiveram acidentados. Basta ter um acidente muito grave que leva a muitos meses de imobilização de um trabalhador, para que este indicador dispare e influencie todo o rácio para o conjunto da organização.

Para terminar a intervenção diz que registou todos os comentários e sugestões dos Srs. Membros da Assembleia.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 16 votos a favor (15 CDU e 1 BE), 5 votos contra do PS e 4 abstenções do PSD. Aprovado em minuta.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, apresenta declaração de voto dizendo que acha no mínimo bizarro a forma como o Sr. Presidente conduziu estes trabalhos que encerraram com a intervenção da Sra. Presidente sobre a matéria. Ou seja, a intervenção da Sra. Presidente foi desvalorizada porque não deu bondade nenhuma ao podermos refazer a nossa posição.

Sr. Presidente da Mesa, diz que, provavelmente, o Sr. Dr. Miranda Lemos não assiste às sessões da Assembleia da República porque senão sabia que a última pessoa a intervir é o Sr. Primeiro-ministro.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,45 horas do dia 11 de Abril de 2007, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 11 de Abril de 2007